

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 07 e 08/11

O Congresso Nacional aprovou o projeto (PLN 40/2023) que abre um crédito especial de R\$ 15,2 bilhões no Orçamento de 2023 para compensar estados e municípios por perdas de arrecadação, além de remanejar recursos entre ministérios. Os parlamentares ressaltaram a urgência de aprovar a proposta neste final de ano, quando muitos prefeitos estão com dificuldades para fechar as contas. O texto segue para sanção.

### SENADO FEDERAL

Plenário – 07 e 08/11

Entre as PECs pautadas, constam:

- **PEC 08/2021**, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.
- **PEC 45/2019**, que Altera o Sistema Tributário Nacional.

Entre os projetos, destacam-se:

- **PL 3045/2022**, que trata da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- **PL 1269/2022**, que acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** O Plenário do Senado aprovou a reforma tributária (PEC 45/2019), em dois turnos de votação, com 53 votos favoráveis e 24 contrários e nenhuma abstenção. Eram necessários

49 votos favoráveis (3/5 da composição da Casa). A matéria segue para a Câmara dos Deputados, de onde o texto original veio, porque foi modificada no Senado.

A proposta apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) ganhou novos contornos nas mãos do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que incorporou uma série de mudanças. A essência da PEC está na simplificação de tributos e do modelo em funcionamento no país. O texto prevê a substituição de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por três: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS). A proposta também prevê isenção de produtos da cesta básica e uma série de outras medidas.

#### CPI das ONGs – 07/11 - 11h - Plenário 06

A a CPI das ONGs ouve o depoimento do presidente do Ibama, Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, que foi convidado para falar sobre a atuação das ONGs e da sociedade civil de interesse público (Oscips) na Amazônia.

**Resultado:** Realizada. Para assistir, [clique aqui](#).

#### Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 07/11 - 10h - Plenário 03

Consta na pauta da CCJ de terça-feira (07) a reforma tributária ([PEC 45/2019](#)). A expectativa é que o [relatório](#) do senador Eduardo Braga (MDB-AM) seja aprovado e enviado ao Plenário para ser analisado na quarta-feira (8), conforme já consta na pauta do Senado. A CCJ analisará as três PECs sobre o tema que tramitam em conjunto (PEC 45/2019, PEC 46/2022 e PEC 110/2019).

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 08/11 - 10h - Plenário 03**

**ITEM 1 - [PL 3453/2021](#)**, que dispõe sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

O relator, Senador Weverton, apresentou [parecer](#) Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas.

**Resultado:** Aprovado. A matéria segue para análise do Plenário do Senado.

**ITEM 3 – [PEC 10/2023](#)**, que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público. O relator, senador Eduardo Gomes ainda não apresentou o parecer da matéria.

**Resultado:** Matéria retirada de pauta antes da reunião.

**ITEM 6 – [PL 4337/2023](#)**, que Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

O relator, senador Izalci Lucas, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

**Resultado:** Não deliberado. Foram apresentadas duas emendas (clique [aqui](#) e [aqui](#) para acessar as emendas) que o relator irá acatar parcialmente.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário – 07 a 09/11**

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) o PL 4287/2023, que permite a regularização de débitos tributários perante a Receita Federal com dispensa de multas de mora e de ofício. O Projeto de Lei permite ao contribuinte realizar a chamada autorregularização incentivada usando inclusive créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), seja de sua titularidade ou de pessoa jurídica controladora ou controlada, independentemente do ramo de atividade. A proposta será enviada à sanção presidencial.



A Câmara dos Deputados aprovou o PL 2721/2023, que prevê a contratação preferencial dos Correios por parte de órgãos públicos federais para serviços prestados de forma não exclusiva. O texto aprovado também determina a contratação preferencial da Telebras nos serviços de comunicação multimídia por parte dos órgãos públicos e estatais. A proposta será enviada à sanção presidencial.